

2 - A análise institucional como perspectiva de investigação

Silvio José Benelli

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BENELLI, SJ. A análise institucional como perspectiva de investigação. In: *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 49-56. ISBN 978-85-6833-475-1. Available from: doi: [10.7476/9788568334751](https://doi.org/10.7476/9788568334751). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yzs9w/epub/benelli-9788568334751.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

2

A ANÁLISE INSTITUCIONAL COMO PERSPECTIVA DE INVESTIGAÇÃO

O protótipo das representações sociais do pobre na cultura brasileira inclui as seguintes características: sexualmente promíscuo, primitivo, anômico, vadio, pouco inteligente, violento e com vocação para a marginalidade e delinquência (Patto, 1990, p.209).

Estudamos o tema da institucionalização de crianças e adolescentes e como esses atores sociais são produzidos no plano sócio-histórico a partir de uma perspectiva institucionalista ampla. Consideramos necessário analisar as diversas práticas institucionais (formativas, educativas, pedagógicas, terapêuticas, correccionais, socioeducativas), problematizando seus pressupostos subjacentes, focalizando especificamente estabelecimentos que funcionam em regime aberto.

Esta pesquisa foi realizada a partir de um pano de fundo teórico-técnico, político e ético fornecido pela AI (Lourau, 1995; Goffman, 1987; Baremblyt, 1998; Foucault, 1999; Costa-Rosa, 2000, 2013; Barus-Michel, 2004; Rocha, 2006; Lemos, 2007; Passos; Kastrup; Escóssia, 2009; Campos; Guareschi, 2009), pelo pensamento foucaultiano e também pelo instrumental teórico de Costa-Rosa (op. cit.) visando a um posicionamento analítico e crítico num campo composto por entidades assistenciais que atendem

crianças e adolescentes considerados em “situação pessoal e social de risco” num município do interior do estado de São Paulo. Esses estabelecimentos assistenciais funcionam a partir de uma lógica institucional que articula normas legais e atores institucionais num processo de produção social, cujos resultados convém analisar.

Nossa atuação como membro do CMDCA e do CMAS permitiu uma experiência de imersão intensa no campo e proporcionou um conhecimento minucioso dessa realidade. Também foi feita uma análise documental nos arquivos desses conselhos relativa às entidades assistenciais voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, tais como organizações governamentais (OGs), organizações não governamentais (ONGs) e outros estabelecimentos filantrópicos. A condição de conselheiro permitiu acesso livre à documentação pertinente e também às instituições assistenciais, tornando esta pesquisa plenamente exequível – foi a partir desse lugar privilegiado que se realizou a presente pesquisa. Investigamos entidades assistenciais voltadas para crianças e adolescentes numa cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo, estudamos seus projetos programáticos e também seu funcionamento concreto, procurando detectar seus problemas e dificuldades, seus aspectos positivos e sua eventual efetividade socioeducativa. Também buscamos obter as autorizações formais para nossas investigações, por meio de termos de consentimento esclarecido, dentro dos padrões éticos da pesquisa psicológica.

Tínhamos as seguintes interrogações: quantas e quais são as instituições assistenciais dedicadas ao atendimento de crianças e adolescentes considerados em “situação de risco” nessa cidade? Como, quando e por que elas surgiram? Como elas se apresentam atualmente quanto aos aspectos físicos, funcionários e clientela? Poderíamos classificá-las com caráter predominantemente filantrópico e assistencialista, ou seriam mais voltadas para a promoção humana, atentas para as possibilidades de transformação social? Seu modo de funcionar, do ponto de vista socioeducativo, seria focado numa pedagogia tradicional, renovada ou dialética? Que tipo de profissionais compõem seus quadros? Há processos de formação

e preparação dos funcionários para lidar com a clientela? Como essas instituições sobrevivem do ponto de vista financeiro? De onde vêm seus recursos? Como são utilizados? Quais as principais dificuldades desses estabelecimentos assistenciais? Quais seus aspectos positivos? Que tipo de efeitos eles estão produzindo em sua clientela e no contexto social da cidade na qual se localizam? Foi na direção dessas questões, entre outras, que avançamos nossa pesquisa de pós-doutorado, tendo publicado diversos trabalhos, nos quais procuramos responder tais questões (Benelli, 2014; Benelli; Costa-Rosa, 2011, 2012, 2013).

Visamos assim fornecer aos gestores públicos (Secretaria da Assistência Social, Juiz da Infância e da Juventude, Conselho Tutelar – CT, CMDCA; CMAS) e às próprias entidades assistenciais dados orientadores relevantes para a realização de políticas mais efetivas voltadas para o atendimento da infância e da adolescência do município. As escolas maternais, jardins de infância e creches infantis não fizeram parte do nosso campo de investigação, nem unidades da Fundação Casa (antiga Febem).

Com relação aos aspectos éticos envolvidos na realização da presente investigação, nosso projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FCL, Unesp, Assis, SP. Todo o trabalho de análise documental realizado em arquivos e de observação participante foi efetuado a partir de um termo de consentimento livre e esclarecido devidamente assinado pelos participantes/estabelecimentos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciência e Letras – Unesp/Assis, protocolo nº 030/2008, em 30 de outubro de 2008, e todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido antes de sua inclusão na amostra.

A prática adotada para esta pesquisa – AI – se insere no movimento institucionalista (Baremlitt, 1998). O objetivo de conjunto dessas tendências é propiciar e apoiar processos de *autoanálise* e *autogestão* dos coletivos sociais: comunidades, grupos, instituições etc. (Id., 1998). Utilizamos alguns recursos teórico-técnicos dessa análise: o *campo de análise* (Ibid.) nos permitirá delimitar um

objeto ou um campo e aplicar-lhe o aparelho conceitual da AI para entendê-lo, para compreendermos como se colocam e se articulam suas determinações, suas causas, como se geram seus efeitos etc. Nesse caso, consideramos que o campo da Assistência Social é o âmbito no qual se localizam as entidades assistenciais públicas e privadas que procuramos investigar.

O *analisador institucional* (Lourau, 1995; Baremblytt, 1998) será outra ferramenta importante para a pesquisa. Ele não precisa ser constituído de material verbal; pode ser um monumento, uma planta arquitetônica, um arquivo, uma distribuição do tempo ou do espaço na organização. Sua materialidade expressiva é totalmente heterogênea. Ele sempre é analítico em si mesmo, contendo elementos para se autoentender, para começar o processo de seu próprio esclarecimento. É um produto que pode analisar-se. Os analisadores podem ser históricos quando produzidos no próprio contexto da instituição analisada, mas também podem ser constituídos, inventados, com o objetivo de explicitar os conflitos e resolvê-los. Um interessante analisador institucional com o qual nos deparamos foi uma pesquisa que a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) realizou em parceria com a universidade local, relativa às entidades assistenciais públicas que atendem crianças e adolescentes considerados em “situação pessoal e social de risco”. Tal pesquisa é exemplar, pois revela muito sobre a perspectiva hegemônica no campo quanto ao atendimento dessa clientela.

Em diferentes momentos da constituição de um campo de análise, é possível realizar vários tipos de *diagnósticos*, sempre provisórios, da estrutura, da dinâmica, dos processos, das contradições principais e secundárias, meramente opositivas em suas diferenças e antagônicas (contraditórias no sentido dialético), dos conflitos, das defesas, das magnitudes de produção, reprodução e antiprodução, dos analisadores, dos territórios e das linhas de fuga da organização estudada. Esta pesquisa detectou dois paradigmas dialeticamente opostos, lutando pela hegemonia no campo da Assistência Social: o Paradigma Filantrópico ainda impera soberano, e o que denominamos de Paradigma Socioassistencial começa a se

esboçar no horizonte jurídico-político, sobretudo parecendo-nos ainda pouco consistente na prática.

O institucionalismo afirma que a sociedade é um tecido de instituições (Ibid.). Estas, segundo o grau de formalização que adotem, podem ser *leis*, *normas* ou *regularidades de comportamentos*, como a linguagem, as relações de parentesco, a educação, a religião etc. A Assistência Social pode ser pensada como uma instituição social, bem como as políticas públicas que promovem as crianças e os adolescentes enquanto sujeitos de direitos. Ela articula saberes e práticas por meio de um discurso lacunar e ideológico, configurando uma formação social contraditória e caracterizada por uma ordem latente, para além da manifesta. Ela articula um conjunto de interesses segmentares diversos e contrários, inclusive contraditórios; daí a necessidade de uma hermenêutica para decifrar os sentidos de seus discursos e práticas.

As *instituições* se materializam em dispositivos concretos; as *organizações*, por sua vez, se compõem de unidades menores, nomeadas de *estabelecimentos*. A SMAS, as entidades assistenciais, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os conselhos municipais podem ser considerados estabelecimentos e costumam incluir dispositivos técnicos, como instalações materiais, maquinaria, arquivos e aparelhos, que recebem o nome de *equipamentos*. Todos esses elementos: instituição, organização, estabelecimento e equipamento adquirem dinamismo através dos agentes (atores institucionais), os sujeitos que são os suportes e protagonistas da atividade coletiva microfísica responsável pela substância da instituição. Os atores institucionais protagonizam *práticas sociais* que podem ser verbais, não verbais, discursivas, teóricas ou técnicas.

Também distinguimos duas dimensões fundamentais das instituições: o plano instituinte (processo dinâmico, dialético) e o plano instituído (produto) (Ibid.). *Instituinte* seria o conjunto de forças que tendem a fundar instituições, momento fundacional original; é o processo ou movimento criador e dinâmico, que inclusive

mantém a instituição viva e sempre renovada, atualizada e em transformação. *Instituído* seria o resultado material dessa força instituinte. Para entender uma instituição, devemos ter em mente que os instituídos, os organizantes-organizados que constituem a rede social, não atuam separadamente – eles se interpenetram em vários níveis. *Atravessamento* é o nome que damos à interpenetração no nível reprodutivo, conservador. *Transversalidade* é o movimento de interpenetração no nível do instituinte, do criativo, do novo (Ibid.). Convém assinalar que, para a AI, o instituinte vai muito além daquilo que se contrapõe de modo articulado ao instituído, no campo das chamadas contradições dialéticas; ele compreende todo um campo de pulsações que ainda não passaram pela mediação ideológica e imaginária e que podem escapar a elas, funcionando como linhas de transformação dinâmica do campo institucional com seus diversos componentes. Uma análise complexa deve articular esses planos das relações entre instituído e instituinte.

Os dados do presente estudo foram obtidos pela participação observante e reflexiva no amplo campo de análise composto pelas entidades assistenciais enquanto conselheiro municipal, além da análise documental. Foram estudados e analisados os documentos das entidades assistenciais arquivados nos conselhos municipais, com base no conhecimento concreto de suas especificidades, procurando detectar seus referenciais teórico-metodológicos, os aspectos administrativos e funcionais da equipe gestora, além da concepção política do projeto socioeducativo.

Foi com essa concepção teórico-técnica que procuramos participar do CMDCA e do CMAS. Procuramos mergulhar na literatura específica sobre o campo e participar concretamente dele. A perspectiva institucionalista pautou também a análise documental que realizamos ao estudar os planos de trabalho das entidades assistenciais socioeducativas públicas e privadas arquivados nos conselhos municipais. Visando à exequibilidade da pesquisa, a partir da análise documental nos arquivos dos conselhos municipais, selecionamos duas entidades assistenciais mantidas pelo poder público municipal e duas entidades privadas que atendiam crianças e

adolescentes considerados em “situação de risco pessoal e social”. Em cada estabelecimento institucional, pelo menos três visitas de observação participante foram feitas durante dias normais de funcionamento. Para tanto, a anuência de seus dirigentes foi adquirida de acordo com critérios éticos.

Para realizar essa etapa da pesquisa, utilizamos a técnica da observação participante (Barbier, 1985; Brandão, 1986b; Demo, 1987, 2004; Benelli, 2006b), qualitativa, rigorosa, sistemática e vivencial. É participativa, embora participativa não implique aqui num delineamento conjunto. Ela foi delineada e reorientada para se manter adequada e sensível às características da situação. Entendemos a pesquisa como uma prática investigativa e participação enquanto valorização e uso das perspectivas vivenciadas pelos sujeitos envolvidos. A observação participante foi do tipo não estruturada; assim, os fenômenos a serem observados não foram predeterminados, mas sim observados e relatados da forma como aconteceram, visando descrever e compreender o que estava ocorrendo na situação dada.

As vantagens dessa técnica, segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), independem do nível de conhecimento e da capacidade verbal dos sujeitos; permite “checar”, na prática, a sinceridade de certas respostas ou comportamentos que poderiam ser dados apenas para “causar boa impressão”; permite identificar comportamentos não intencionais ou inconscientes e explorar temas que os sujeitos não se sentem à vontade para discutir; e permite o registro dos fenômenos o mais próximo possível de seu contexto temporal e espacial. Não tínhamos hipóteses prévias a serem testadas diretamente, apenas hipóteses provisórias que foram aperfeiçoadas ou não pela própria observação. A técnica da observação participante envolveu três fases: (1) aproximar-se da entidade e estabelecer vínculos com seus membros; (2) observar o contexto dos sujeitos para coletar dados; e (3) registrar os fenômenos, comportamentos, ações, diálogos e acontecimentos observados.

Para analisar e interpretar os dados coletados, operamos com uma grade analítica de base lógico-histórica e de inspiração

marxista dialética criada por Costa-Rosa (2000; 2013) – instrumental utilizado para mapear paradigmas contraditórios num determinado campo de análise (o da Saúde Mental pública, por exemplo, ou o da instituição Assistência Social) e articular os temas da instituição e da produção de subjetividade.

Costa-Rosa propõe quatro parâmetros mínimos como definidores de determinado paradigma de produção institucional num determinado campo de análise: a) concepções de “objeto” e dos “meios” de ação; b) concepção das formas de organização do dispositivo institucional; c) modos da inter-relação entre a instituição, a clientela, a população e o território e população-instituição; d) concepção dos efeitos terapêuticos (educativos, socioeducativos, pedagógicos) e de seus desdobramentos éticos. Esse instrumental já se mostrou útil para análises institucionais nos campos da Psicologia, da educação e da religião católica (Benelli, 2006a, 2006b, 2007; Benelli; Costa-Rosa, 2002, 2013) e pensamos que se revelou muito eficaz para cartografar a instituição Assistência Social e analisar os estabelecimentos socioeducativos descritos.